

MODELO CONCENTRADOR X MODELO DISTRIBUTIVISTA

Entrevista a
Luciana Costa
Lucídio Bicalho



João Sicsú - Economista
Professor do Instituto de Economia da UFRJ

Inesc: Quais são os princípios fundamentais que devem ser levados em conta na construção de uma agenda alternativa de desenvolvimento?

J.S.: Primeiramente, a reordenação de uma política macroeconômica: uma política monetária de juros baixos, uma política cambial com uma taxa de câmbio estável e favorável à exportação de manufaturados, e uma política fiscal de gastos públicos para reconstruir a infra-estrutura do país e fazer programas sociais abrangentes. E, do ponto de vista do desenvolvimento, diria que nós temos que ter como meta social o pleno emprego, o assalariamento formal, e o atendimento de toda a sociedade por meio de benefícios sociais ligados à saúde e educação, principalmente.

“(para construir uma agenda alternativa de desenvolvimento) é preciso, primeiramente, a reordenação de uma política macroeconômica”

Inesc: Como fazer a transição do atual modelo para o modelo desenvolvimentista distributivo?

J.S.: Isso não é fácil porque isso coloca uma agenda de enfrentamento, uma vez que a alternativa, a opção por esse modelo, significa a negação de um modelo estagnacionista concentrador de renda. E existem atores, agentes de ambos os modelos, dentro do governo e na sociedade. Dentro do governo, é preciso enfrentar a resistência do Banco Central, que mantém uma taxa de juros alta e um câmbio valorizado. Esse é o ponto de partida: é preciso ter esse enfrentamento, e ainda que se saia vitorioso desse enfrentamento, um processo de desvalorização cambial é sempre um processo que causa algum tipo de inflação. E inflação retira em geral autoridade política de governos para realizarem mudanças significativas.

Inesc: O que caracteriza o modelo atual e como reunir forças para seu enfrentamento?

J.S.: Acho que os atores do modelo estagnacionista concentrador de renda, dentro do governo, são o próprio Banco Central, seu presidente, seus diretores; e fora do governo, eu diria que são as grandes instituições financeiras nacionais e internacionais, e as empresas agromineral exportadoras. Eu acho que o governo tem que fazer alianças mais amplas possíveis com o movimento social, com empresários da indústria brasileira e recortar um caminho que seja um caminho de enfrentamento, mas um enfrentamento - nesse caso aqui - que não necessariamente leva a distúrbios mais significativos, simplesmente um enfrentamento de idéias. Deve-se derrotar essa idéia no Brasil de que é possível viver sem trabalhar, viver sem ter atividade produtiva, construtiva, como é o caso do sistema financeiro e das empresas mineral agroexportadoras, que na verdade devastam a natureza não realizam muito pouco trabalho tal como o sistema financeiro.

“os atores do modelo estagnacionista concentrador de renda, dentro do governo, são o próprio Banco Central, seu presidente, seus diretores; e fora do governo, eu diria que são as grandes instituições financeiras nacionais e internacionais, e as empresas agromineral exportadoras”

Inesc: Como inserir o campo, a realidade da terra, numa proposta alternativa de desenvolvimento? A transição via desvalorização do câmbio, para beneficiar a indústria de manufatura e os produtos manufaturados, não estaria justamente estimulando esses produtos primários, as indústrias do campo de exportação de soja? Ou seja, querendo talvez fazer a transição via desvalorização cambial para beneficiar a indústria de produtos mais elaborados não estaria justamente fortalecendo esse modelo concentrador no campo, quer dizer, o campo não estaria fora desse outro modelo alternativo?

J.S.: Olha, na verdade o campo no Brasil tem que ser reestruturado. Não é que nós tenhamos que abandonar a nossa produção de café, a nossa produção de soja, a nossa produção de suco de laranja, mas o que tem que ser feito é o beneficiamento dessa produção. O beneficiamento dessa produção significa industrializar, colocar o país numa posição que, eu diria, é inédita, pois é difícil ter um país no mundo que tenha as condições que o Brasil tem, que é ter a capacidade de produzir produtos primários, ter uma extração mineral qualitativa e quantitativa. O que nós não estamos fazendo, mas que é preciso fazer é beneficiar esses produtos. A forma de fazer isso é desvalorizar as taxas de câmbio e fazer imposto sobre as exportações de produtos primários. Um imposto sobre as exportações que já existe. Basta o governo federal baixar uma norma qualquer através de qualquer instrumento e deixar a isenção de exportação somente para o beneficiamento, ou seja, a soja bruta seria exportada

com imposto, o que seria um desestímulo exportar a soja bruta. Mas o leite de soja em caixinha seria exportado sem nenhum imposto, e esse seria o estímulo para que, com a desvalorização cambial, os produtores de soja tivessem mais recursos para investir no beneficiamento e portanto desviarem o caminho de suas exportações: no lugar de exportar soja bruta, iriam exportar leite de soja beneficiado. Então, a desvalorização cambial realmente capitaliza mais os produtores de produtos primários e o extrativismo mineral, mas, por outro lado, é necessário ter um imposto de importação para estimular o beneficiamento desses produtos. E o campo deve ser completamente reestruturado no país porque, se vai existir beneficiamento, é necessária, então, a inserção do trabalhador no campo, o que significa que é preciso ter escola, hospital, é preciso ter os equipamentos de bem-estar social no campo também.

“a desvalorização cambial realmente capitaliza mais os produtores de produtos primários e o extrativismo mineral, mas, por outro lado, é necessário ter um imposto de importação para estimular o beneficiamento desses produtos”